



Prefeitura Municipal de Canguçu
Estado do Rio Grande do Sul
PORTARIA Nº 140/2018

“DETERMINA A ABERTURA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

MARCUS VINICIUS MULLER PEGORARO, Prefeito Municipal de Canguçu, Estado do Rio Grande do Sul, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas;

RESOLVE:

ART. 1º - Determinar a abertura de **PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR** para averiguar os fatos narrados no memorando nº 42/2018, de 27.04.2018 proveniente do Assessor em Transporte da Saúde, parte integrante desta Portaria na forma de anexos, que relata danos em um veículo S10, placas IWQ 7190, de propriedade desta municipalidade, gerando um prejuízo ao erário público, na importância de R\$ 11.820,00(onze mil oitocentos e vinte reais) este fato ocorreu na data de 26.04.2018, envolvendo o servidor **DIOGO CANEZ CARDOSO**, motorista, matrícula 085103, a comissão deverá apurar a responsabilidade pelo prejuízo, incorrendo o servidor em suposta infração e possível descumprimento do Inciso IX do art. 169 e Inciso XVIII do art. 170 da Lei 2239/2005 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

ART. 2º - A comissão deverá apurar os fatos, com o levantamento completo da situação relatada, de acordo com as informações descritas no artigo 1º, bem como os documentos que integram esta Portaria; e, em conformidade com o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, apurar a responsabilidade do servidor, utilizando todos os meios cabíveis e legais, levando em conta os princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa, para elucidar o fato de forma clara e conclusiva.

ART. 3º - A Comissão nomeada pelas Portarias nºs 079/2017, de 01.02.2017 e 276/2017, de 06.09.2017, que designa Membros Permanentes de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar, cujos membros titulares são: **MAÍRA SOARES CAMACHO GUILAYN**, Advogada, matrícula nº 50162-0, **KAUANE DIAS SOARES PEDROSO**, Auxiliar de Administração nº 50125-5, e **CAREM ELUZA BRAGA QUINTANA**, Auxiliar de Administração, matrícula nº 08805-6 terão um prazo de 60 (sessenta) dias para realizar o Processo Administrativo Disciplinar, o qual deverá, obrigatoriamente, constar relatório circunstanciado e conclusivo.

ART. 4º - Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE
CANGUÇU/RS, 08 DE MAIO DE 2018.

MARCUS VINICIUS MULLER PEGORARO
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se

ELIEZER JORGE TIMM
Chefe de Gabinete do Prefeito



RELATÓRIO FINAL-Portaria nº140/2018

Senhor Prefeito Municipal,

A Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar vem apresentar o presente relatório, após a realização das diligências necessárias à apuração dos fatos do Processo Administrativo instaurado pela Portaria nº140/2018, o qual foi aberto visando a responsabilidade do servidor Diogo Canez Cardoso motorista, matrícula nº085103, por suposta infração e descumprimento do inciso XVIII art. 169 e inciso XVIII do art.170 da Lei 2239/2005, considerando fato ocorrido em 04/2018 referente ao conserto do veículo S10 de placa IWQ7190.

PRELIMINARMENTE

O processo transcorreu regularmente, não havendo incidentes ou nulidades. Com efeito, observo que o prazo inicial expirou, todavia a de se considerar a complexidade do feito e a jurisprudência acerca do assunto, especialmente emanada do Supremo Tribunal Federal – STF (Sumula 592 :*O excesso de prazo para a conclusão do processo administrativo disciplinar só causa nulidade se houver demonstração de prejuízo à defesa*).

DOS FATOS APURADOS E DA PROVA

Inicialmente, informa-se que o presente processo administrativo foi aberto visando prejuízo ao erário considerando o conserto da S10 de placa IWQ 7190 pertencente a Secretaria de Saúde, a qual estava sendo dirigida pelo investigado servidor Diogo Canez Cardoso em 26/04/2018 quando teve falha mecânica no deslocamento para a cidade de Rio Grande e resultou no conserto do motor e troca do radiador, conforme fl.04.

A Secretaria de Saúde indicou no memorando nº 41/2018 (fl.03) que a causa do defeito poderia ter sido a não colocação/reposição de água no radiador.

Da análise do conjunto probatório, concluímos que não foi possível verificar infração administrativa por parte do servidor Diogo Canez Cardoso.

No presente houve a oitiva do servidor Diogo Canez Cardoso (fl. 9), o qual também recebeu a devida citação e apresentou a sua defesa (fls.10/11).

O investigado atestou não possuir qualquer responsabilidade sobre o conserto, explicitando que o veículo já vinha apresentando defeito há alguns meses, pois a luz do painel estava constantemente acesa, sendo que tal fato era registrado no diário de bordo que acabou sumindo da Secretaria. Indica que cumpriu todos os protocolos de conferência devidos e que não estava faltando água no radiador. Aduz que mesmo após o conserto a luz continua acesa no painel e que provavelmente seja problema na injeção eletrônica.

Houve a oitiva do mecânico municipal Leandro Gonçalves Gularte, o qual confirmou que a luz que indica defeito esta acesa até a data do seu depoimento (17/07/2018), isto é, mesmo após já ter ocorrido o conserto do veículo, a luz continua acesa.

O motorista Mario Cesar Pereira Goulart (fl.20) também foi ouvido pela comissão e indicou que a luz do painel estava sempre acesa, sendo que isso foi avisado para o chefe do setor Sr. Rodrigo e colocado no diário de bordo, porém mesmo assim, o veículo continuava sendo utilizado para transporte. Ainda informou que certa vez achou que a S10 estava sem força e falhando e foi enviada para conserto na oficina autorizada por licitação.

O motorista Carlos da Silva Brum prestou depoimento e corroborou as afirmações do Sr. Diogo, observa-se na fl.22: "(...)O depoente já dirigiu a S10, tinha uma luz no painel que sempre ficava acesa, a luz da injeção eletrônica. Foi para arrumar varias vezes, mas a luz continua acesa. Alias, ate hoje a luz esta acesa. Pelo que sabe não é comum a luz ficar acesa. Pelo que soube o mecânico arrumou o defeito com Gabriel, mas a luz continuou acesa. A S10 ficou sem força com o depoente, os médicos nem gostam de fazer transferência com ela. A S10 fica sem força e acende a luz. Teve problema também que a S10 estava com a tampa ruim para colocar agua, foi avisado para o mecânico, mas era possível colocar agua abrindo metade da tampa. Mesmo com motor novo a S10 continua sem força e a luz da injeção esta acesa. A S10 não melhorou depois que houve o conserto e a troca de todo motor, ela continua perdendo força, é estranho. Nada. Nada de mais. ".

O memorando encaminhado em 23/07/2018 pelo diretor de controle externo da época que tratava da central dos motoristas (fl.27) indicou que a S10 realmente ainda encontrava-se com a luz do painel acesa e com falha no motor e confirmou o sumiço do diário de bordo, o fornece verossimilhança as alegações do investigado.

Enfim, todos os motoristas que prestaram depoimento (fls. 39,41e 44) indicaram que a luz do painel da S10 encontra-se sempre acesa e que a camionete já apresentou diversas panes, de modo a ser impossível afirmar que o defeito foi causado pelo motorista Diogo.

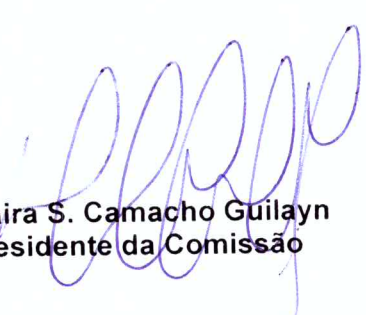
Pela prova carreada esta comissão se convenceu que o servidor não teve qualquer responsabilidade sobre o defeito apresentado no veículo S10 pertencente à Secretaria de Saúde.

Posto isso, a Comissão opina pelo arquivamento do Processo Administrativo nº140/2018 por inexistir responsabilidade do servidor.

Este é o relatório.

Ao Sr. Prefeito Municipal para decisão.


Canguçu, 22 de outubro de 2018


Maira S. Camacho Guilayn
Presidente da Comissão

Kauane Pedroso
Membro da Comissão


Carem Eluza Quintana
Membro da Comissão

Recebido
29/03/19 

 *De acordo com parecer*
14/11/18